

Nota técnica aborda a realização de perícias judiciais em processos na área previdenciária



O Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal aprovou a nota técnica nº 06/2018 que trata da realização de perícias judiciais em processos na área previdenciária. O objetivo do documento é promover estudos sobre a problemática do progressivo custo das periciais judiciais, em decorrência dos processos que tramitam nos Juizados Especiais Federais (JEFs). O documento, sob relatoria do juiz federal Marco Bruno Miranda Clementino, foi analisado na reunião do dia 17 de maio, em Fortaleza (CE).

De acordo com o grupo de trabalho, a escolha do tema se justifica pelas ameaças à qualidade da prestação jurisdicional e à viabilidade orçamentária da Justiça Federal (JF), por conta do expressivo aumento da despesa referente à Assistência Jurídica a Pessoas Carentes nos últimos anos. Na nota técnica, foi levado em conta o valor pago por perícias judiciais, sobretudo as realizadas por médicos e assistentes sociais. Para subsidiar o estudo, foi solicitado ao Centro de Es-

tudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) os dados estatísticos, desde o ano de 2010, acerca dos valores absolutos gastos com perícias judiciais, detalhando o valor global e de cada Região da JF.

A partir destas informações, o Centro Nacional de Inteligência decidiu que será realizada uma audiência pública para aprofundar a discussão do tema, com a presença do INSS, do Ministério do Planejamento, da Defensoria Pública da União, de médicos e de associações de peritos. Além disso, foi determinado que os Centros Locais de Inteligência informem as rotinas de cada uma das seções judiciárias no processamento de ações previdenciárias, objetivando a concessão ou o restabelecimento de benefícios assistenciais, assim como as melhores práticas para redução dessa despesa.

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) também deve ser comunicada do teor da nota técnica, e do grave risco orçamentário causado pelas Súmulas 79 e 80 do Colegiado. Por fim, o documento ainda pede que haja a revisão, por parte da Corregedoria-Geral da JF, dos critérios utilizados na fixação da remuneração de peritos.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA

O Centro Nacional e os Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal foram instituídos pela Portaria 369 de 2017, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Conforme o dispositivo, os centros devem monitorar e racionalizar a identificação de demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade, além de aperfeiçoar o gerenciamento de precedentes. A ideia é estimular a resolução de conflitos massivos ainda na origem e, assim, evitar a judicialização indevida.

O Centro Nacional é composto pelo grupo operacional, responsável pelos estudos, pesquisas e levantamento de dados sobre o fenômeno da explosão de processos, de demandas repetitivas e otimização de precedentes. As análises e conclusões são levadas ao grupo decisório, que analisa as medidas para tentar otimizar e harmonizar os julgamentos dos processos.

Fonte: CJF

Amanhã tem solenidade de posse dos novos dirigentes da SJBA



A solenidade de posse dos novos dirigentes da Seção Judiciária da Bahia está prevista para acontecer amanhã (06), às 17h, no Auditório Ministro Dias Trindade. A cerimônia é aberta ao público.

Na ocasião, o juiz federal da 5ª Vara, Dirley da Cunha Júnior, será empossado no cargo de Diretor do Foro, enquanto o juiz federal da 24ª Vara, Fábio Moreira Ramiro, será empossado no cargo de Vice-Diretor do Foro.

A solenidade contará com a presença do presidente do TRF1, Carlos Moreira Alves, além de outras autoridades.

CNJ publica reajuste de auxílio alimentação dos servidores do judiciário



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, na última sexta-feira (1/6), o reajuste dos auxílios alimentação e pré-escolar dos servidores do judiciário. De acordo com a Portaria Conjunta n.1, o reajuste será de 3% e começa a valer neste mês de junho de 2018.

Com o aumento, os novos valores da assistência pré-escolar e do auxílio alimentação serão de R\$ 910,08 e R\$ 712,62, respectivamente. De acordo com a portaria, a implantação dos novos valores em cada órgão fica condicionado à prévia demonstração da existência de disponibilidade financeira da instituição.

Além da presidente do CNJ, ministra Cármen Lúcia, assinam a portaria conjunta o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux; do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Laurita Vaz; do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira; do Superior Tribunal Militar (STM), José Coelho Ferreira, e o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Romão Cícero de Oliveira.

Fonte: CNJ

Acontece hoje palestra sobre Direito Ambiental no Anexo III, às 15h



A servidora do NUCOD Rita de Cássia Oliveira irá ministrar hoje a palestra “O Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Por Uma Consciência Planetária”, às 15h, na Sala de Treinamento do Prédio-Anexo III. A palestra é baseada em uma monografia produzida para pós-graduação da palestrante.

Direcionado tanto ao público específico, que atua no meio jurídico, quanto ao público em geral, o conteúdo tem caráter multi/interdisciplinar, devido à própria natureza dos temas abordados, incursiona também por outros ramos do

conhecimento, traçando noções de ciências como a Cosmologia e Ecologia, bem como a Filosofia. Aqueles que participarem tem direito ao certificado com carga horária de duas horas.

A fim de promover a integração e o interesse, será realizada uma abordagem com a utilização de recursos audiovisuais (vídeos, fotos, músicas, gráficos, mapas), bem como textos científicos e jurídicos (legislação, doutrina e jurisprudência).

É importante lembrar que aqueles que participarem tem direito a certificado com carga horária de duas horas.

Aniversariantes

Hoje: Manoel Carneiro Sepúlveda (NUCOD), Flávia Martins Barreto (Itabuna), Paula Menezes Fonsêca Isensee (Ilhéus), Adla da Conceição Sousa (Irecê), Eliane Maria Lopes Santos (Eunápolis) e Flávio Pereira Cardoso (VIPAC). **Amanhã:** Gabriel Velame Branco (7ª Vara), Caroline Lordelo Nunes Figueira (18ª Vara), Jailson da Silva Lage (NUCJU), Hugo Bastos da Silva Souza (Turma Recursal), Bianca Letícia Goes de Moraes (NUCGP) e Aldacy Marques Pinto (CEF).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.